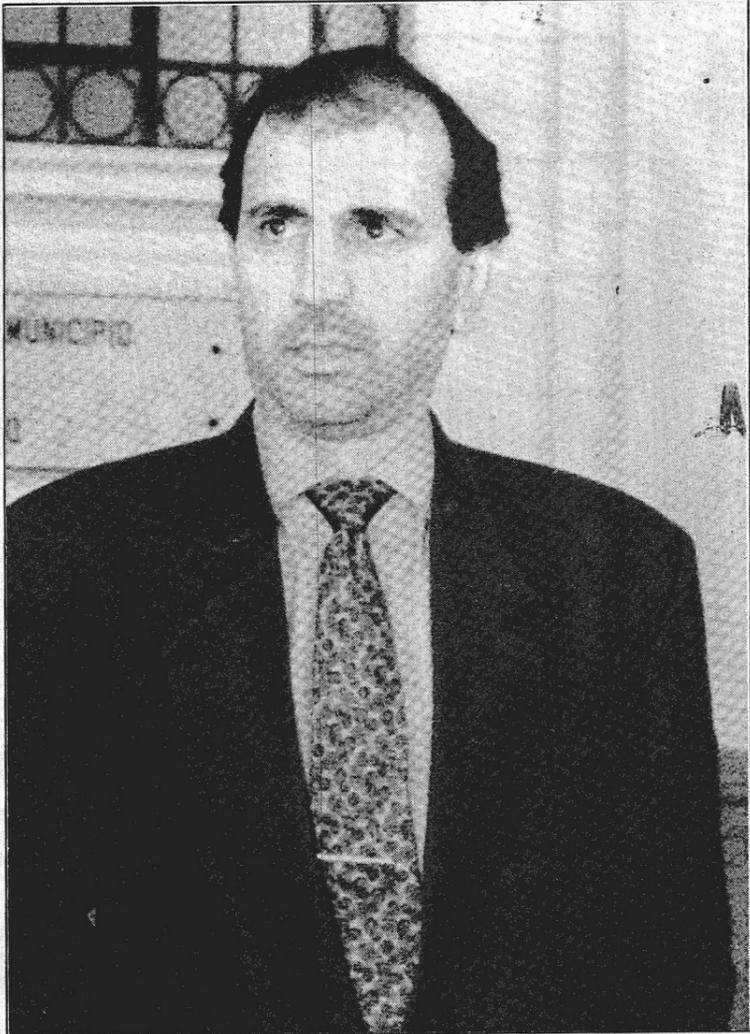


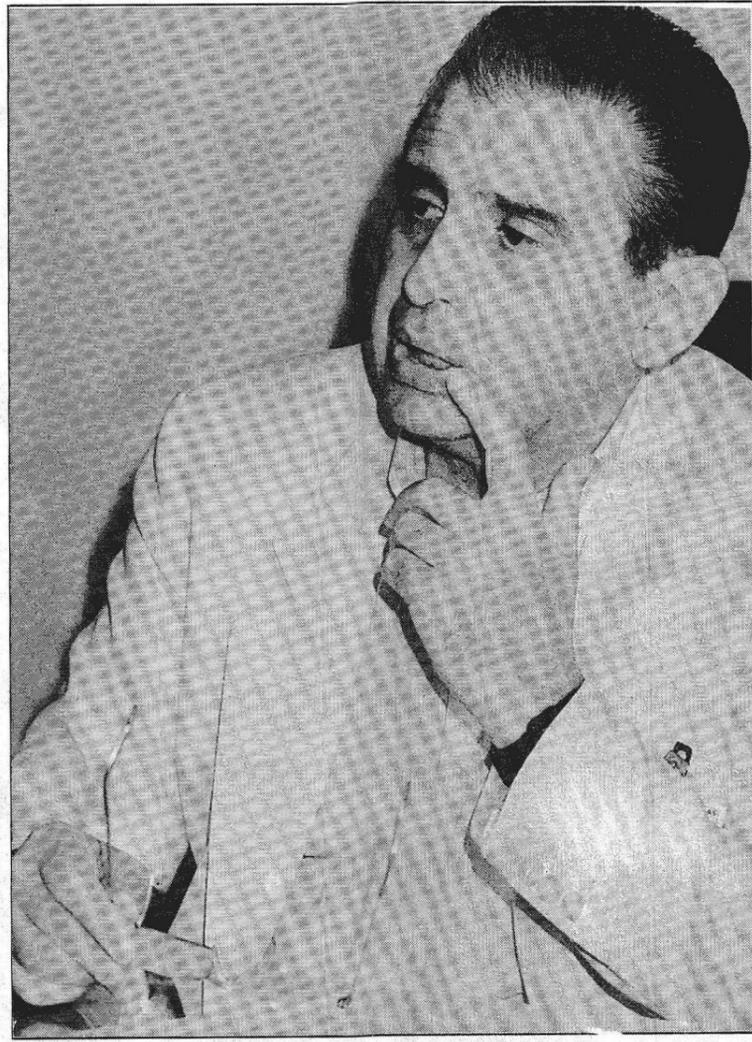
# “Pistolão” dribla precariedade na saúde

Célio Jr./AE — 14/6/93



Cutait: atender a um pedido pode significar gesto de humanidade

Nelson Almeida/AE-8/2/94



Gomes da Silva, do HC: hospital não “passa” afilhados à frente

Orlando Kissner/AE



Coronel Ferrarini: “Oriento pessoas que não sabem onde buscar solução para seu problema”

## Apadrinhamento cresce em ano eleitoral

O apadrinhamento tende a crescer em ano eleitoral e pode até acarretar contratações extras de funcionários. O código 3131 seria o indicador dessa porta de entrada de protegidos ao emprego na área de saúde.

A denúncia é feita pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos de Saúde (SindSaúde), que está apurando alguns casos suspeitos de “pistolão” em São Paulo. “O esquema 3131 facilita o ingresso de afilhados”, diz Denise Motta Dau, diretora do SindSaúde. “O clientelismo passou a ser regra no sistema público de saúde nos últimos oito anos”, diz Tito César Nery, presi-

dente do Sindicato dos Médicos de São Paulo. Segundo ele, nesse período os cargos de direção de hospitais estaduais teriam sido confiados a políticos, que também seriam médicos. “O médico de perfil técnico para exercer a direção foi desvalorizado.”

Dessa forma, o direito de ser bem atendido passou a se tornar um favor. Nery afirma que os médicos resistem em atender “bilhetinhos” de recomendação por “não compactuar com a prática de furar filas de atendimento.”

Na opinião do professor de Ciência Política, Marcos del Roio, da Universidade Estadual Paulista

(Unesp), a busca de influência política ou econômica para obtenção de serviços públicos demonstra a falência do Estado brasileiro, que não daria mais conta de atender as demandas sociais. Para ele, o apadrinhamento é uma herança das práticas da República Velha, encerrada em 1930.

Antes, os coronéis do Interior e os grandes proprietários se encarregavam de prover favorecimentos para seus afilhados. “Apesar de ser obrigação do Estado prestar serviços de saúde e educação, as pessoas se vêm obrigadas hoje a pedir a intermediação de políticos ou burocratas.”

## Secretaria faz a triagem de casos indicados

As modalidades de “pistolão” espalham-se, ao mesmo tempo, por muitos lugares. O modelo clássico parte de recomendações — as cartinhas com o timbre do gabinete de políticos. Mas o tipo indireto, mais difícil de ser rastreado, está mais em voga e pode ser encontrado na intermediação feita por funcionários de escalões diferentes na área de saúde.

A intenção declarada não é favorecer X ou Y em detrimento de Z, mas apenas encaminhar casos, dentro de uma visão de assistência social. No Hospital das Clínicas, por exemplo, os exames de ressonância magnética, indicados para doenças vasculares e tumorais, só têm disponibilidade de agenda para fins de janeiro.

Um departamento da Secretaria da Saúde, a assessoria de Relações Humanas, cuida especificamente da triagem de casos indicados. Segundo a assessoria de imprensa, ali não ocorre, por exemplo, o “furo” de filas, privilegiando pessoas. A meta é apenas encaixar o solicitante em programas de atendimento, se o caso for considerado procedente.

O alto custo de alguns serviços particulares provoca o aumento dos pedidos de apadrinhamento. Em laboratórios particulares, um teste de Aids pode custar cerca de R\$ 87,00, no caso do exame de diagnóstico Elisa. O teste Western Blot, confirmatório, custa R\$ 260,00.

O Hospital Emílio Ribas, que tratou de 19.400 casos de Aids dos 28 mil atendidos no ano passado, realiza gratuitamente os testes, e oferece um grupo de orientação para esclarecer dúvidas dos pacientes HIV positivos. De acordo com a assessoria de imprensa do Emílio Ribas, o atendimento é feito sem distinção de origem do paciente e seguindo as disponibilidades de agenda dos serviços.

## Pacientes com plano médico procuram HC

Uma pesquisa feita pelo Hospital das Clínicas, em novembro, detectou que 50% dos pacientes em tratamento no Departamento de Reabilitação do HC possuem planos privados de saúde. No Instituto da Criança, 30% dos internados estão no mesmo caso. No Instituto do Coração, o índice é de 10%. “O SUS paga quantias irrisórias pela internação desses pacientes, que não usam seus convênios particulares”, diz Gomes da Silva, que pretende combater o problema ampliando para 15% a faixa de atendimento de convênios de saúde no HC, obrigando as empresas de medicina de grupo a assumirem o custo desses serviços. Hoje, o hospital reserva apenas 3% de seus 2 mil leitos para esses pacientes. A precariedade da rede municipal de saúde, que convive com escassez de médicos em algumas especialidades, também contribui para aumentar a procura pelas Clínicas.

Tráfico de influência exerce papel de assistência social, suprindo dificuldades da área

MARIA INÊS DE CAMARGO  
Especial para o Estado

Enraizada em muitos setores, a instituição do apadrinhamento sobrevive ao tempo e, mais forte do que nunca, o “pistolão” integra hoje alguns procedimentos ligados aos serviços públicos. Nesse caso, o importante é ter Q.I. — não se trata de quociente de inteligência, mas sim do famoso “quem indica”. Na maioria das vezes, o tráfico de influência exerce um papel de assistência social, suprindo dificuldades, por exemplo, da rede oficial de saúde.

Ao buscar recomendação de um vereador, deputado, ou mesmo de médicos, o afilhado pode conseguir mais rapidamente uma internação em hospital, realizar um teste de Aids ou até um tratamento contra o uso de drogas. O costume não envolve corrupção porque o atendimento, em princípio, seria prestado de qualquer maneira. A apresentação apenas “facilita” as coisas.

Muitas vezes, atender a um pedido significa praticar um gesto de humanidade”, diz o cirurgião Raul Cutait, ex-secretário municipal de Saúde e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). Para ele, o “pistolão” é fruto da incapacidade do sistema de saúde em atender as demandas. “Fico indignado ao saber que uma pessoa percorreu dois ou três hospitais e não foi atendida.”

A deputada estadual Bia Pardi (PT) acredita que a ética sai arranhada com a prática de apadrinhamento. “Os critérios devem ser para todos”, diz ela, que classifica o “pistolão” entre as vertentes do fisiologismo em política. Para Bia, o assistencialismo, ainda que justificado pela intenção de resolver problemas sociais, pode ser usado por alguns políticos como moeda de troca por votos.

“Oriento pessoas desinformadas, que não sabem onde buscar solução para seu problema”, afirma o deputado Édson Ferrarini (PL), que há 20 anos atende viciados em drogas e alcoolismo. Se for caso de inter-

nação, Ferrarini, coronel reformado da Polícia Militar, encaminha o paciente para o Departamento Psiquiátrico do Hospital das Clínicas ou para o Setor Psiquiátrico do Hospital da Água Funda.

Em seu gabinete na Assembléia Legislativa, Ferrarini atende 30 pessoas por dia e às terças e quintas-feiras, à noite, acompanha outros 300 casos por semana no Centro de Recuperação que criou no Jabaquara, Zona Sul de São Paulo. “O deputado não pode se omitir de prestar apoio à população carente”, explica Ferrarini, que se formou em psicologia e se especializou no atendimento a viciados.

todo o País e até do Exterior”, revela o superintendente do Hospital das Clínicas, professor Antonio Carlos Gomes da Silva. Em 1992, 1,1% dos casos tratados nas Clínicas eram pacientes do Paraguai, Bolívia e Equador. De julho de 1993 a julho deste ano, o hospital recebeu 1.925 pacientes do norte do País e 8.245 do Nordeste. Só da Bahia, foram atendidos 5.170 pessoas. Em muitos casos, o doente trazia nas mãos

uma cartinha de apresentação de políticos de seus Estados.

Segundo Gomes da Silva, o hospital não “passa” os afilhados à frente das pessoas comuns que aguardam o atendimento em extensas filas. Se houver necessidade de uma cirurgia geral ou vascular, a fila pode chegar até a dois anos. Caso a necessidade seja de

cirurgia de otorrinolaringologia ou urologia pediátrica, a espera é de até um ano. O atendimento de afilhados ou pessoas comuns é decidido no Centro de Triagem Médica, criado em abril, de acordo com critérios médicos.

Diante da sobrecarga de solicitações, Gomes da Silva planeja deslocar equipes do HC para treinar médicos de hospitais universitários em outros Estados. Recentemente, o professor Marcus Castro Ferreira, titular de Cirurgia Plástica na USP, realizou cursos na Paraíba. “Podemos difundir técnicas cirúrgicas e diminuir o afluxo de pacientes de outros Estados para o HC”, diz Gomes da Silva.

**HOSPITAL  
DAS CLÍNICAS  
RECEBE  
PEDIDOS DE  
INTERNAÇÃO  
DE TODO O PAÍS  
E DO EXTERIOR**